

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	26
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	29
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	141.018.574
Preferenciais	0
Total	141.018.574
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	67.362	28.742	41.715
1.01	Ativo Circulante	277	322	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	268	320	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	9	2	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	9	2	0
1.02	Ativo Não Circulante	67.085	28.420	41.715
1.02.02	Investimentos	67.085	28.420	41.715
1.02.02.01	Participações Societárias	67.085	28.420	41.715
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	67.085	28.420	41.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	67.362	28.742	41.715
2.01	Passivo Circulante	17	56	55
2.01.02	Fornecedores	15	55	47
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15	55	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	1	2
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	1	2
2.01.05	Outras Obrigações	2	0	6
2.01.05.02	Outros	2	0	6
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2	0	6
2.02	Passivo Não Circulante	0	30	484
2.02.02	Outras Obrigações	0	30	484
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	30	484
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	30	484
2.03	Patrimônio Líquido	67.345	28.656	41.176
2.03.01	Capital Social Realizado	97.536	54.538	53.638
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-30.654	-25.882	-12.462
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	463	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.796	-13.420	-7.043
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-200	-125	-161
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.596	-13.295	-6.882
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.796	-13.420	-7.043
3.06	Resultado Financeiro	24	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	24	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.772	-13.420	-7.043
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-4.772	-13.420	-7.043
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-4.772	-13.420	-7.043
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,03384	-0,2439	-0,13131

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-4.772	-13.420	-7.043
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.772	-13.420	-7.043

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-252	-580	-10
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-176	-125	-161
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	-4.772	-13.420	-7.043
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial/Prov. p/ Perda	4.596	13.295	6.882
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76	-455	151
6.01.02.01	(Aumento) redução em tributos a recuperar	-7	-2	0
6.01.02.02	Aumento (redução) em fornecedores	-40	7	37
6.01.02.03	Aumento (redução) em outras contas a pagar	1	-6	8
6.01.02.04	Aumento (redução) em partes relacionadas	-30	-454	106
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.798	900	0
6.02.01	Aquisições de Ações/Quotas	-42.798	900	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	42.998	0	0
6.03.01	Integralização / Aumento de Capital	42.998	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-52	320	-10
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	320	0	10
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	268	320	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	54.538	0	0	-25.882	0	28.656
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	54.538	0	0	-25.882	0	28.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.998	0	0	0	0	42.998
5.04.01	Aumentos de Capital	42.998	0	0	0	0	42.998
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.309	0	-4.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.772	0	-4.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	463	0	463
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	463	0	463
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	97.536	0	0	-30.191	0	67.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.638	0	0	-12.462	0	41.176
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.638	0	0	-12.462	0	41.176
5.04	Transações de Capital com os Sócios	900	0	0	0	0	900
5.04.01	Aumentos de Capital	900	0	0	0	0	900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.420	0	-13.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.420	0	-13.420
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	54.538	0	0	-25.882	0	28.656

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.638	0	0	-5.419	0	48.219
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.638	0	0	-5.419	0	48.219
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.043	0	-7.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.043	0	-7.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	53.638	0	0	-12.462	0	41.176

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200	-125	-103
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-200	-125	-103
7.03	Valor Adicionado Bruto	-200	-125	-103
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-200	-125	-103
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-4.572	-13.295	-6.893
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.596	-13.295	-6.882
7.06.02	Receitas Financeiras	24	0	0
7.06.03	Outros	0	0	-11
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-4.772	-13.420	-6.996
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-4.772	-13.420	-6.996
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.772	-13.420	-7.043
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.772	-13.420	-7.043
7.08.05	Outros	0	0	47

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Centennial Asset Participações Açú S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 08.835.366/0001-92/NIRE: 33.3.0028211-4
Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A administração da Centennial Asset Participações Açú S.A. ("CENTENNIAL AÇU" ou "A Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem aos acionistas

A CENTENNIAL AÇU é uma holding com investimentos no setor de logística, em especial na operação portuária. As operações se iniciaram em 31 de março de 2009 e seu principal investimento é a participação de 29,54% no capital da LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIA S.A. ("LLX AÇU"). Os outros 70,46% de participação na LLX BRASIL são detidos pela LLX Logística S.A.

A coligada LLX ACU desenvolve o projeto denominado Superporto do Açú, com área de aproximadamente 9 mil hectares destinada a um complexo industrial, canal onshore de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão, podendo contar com até 30 berços para carregamento de cargas variadas como produtos siderúrgicos, petróleo, carvão, granito, granéis sólidos, escória e ferros gusa. Em função da sua localização próxima às bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, o Superporto do Açú está estrategicamente posicionado para realizar consolidação e tratamento de petróleo, servir de base apoio para operações offshore de exploração e produção e atrair empreendimentos dedicados à indústria de óleo e gás. Além do serviço de apoio logístico, a LLX Açú opera como arrendadora de parte de sua retroárea a líderes industriais do setor que estão em processo de instalação de seus empreendimentos na área.

A LLX AÇU possui participação nas controladas GSA - Grussai Siderúrgica do Açú S.A. ("GSA"), SNF Siderúrgica do Norte Fluminense S.A. ("SNF"), SDX Investimentos S.A. ("SDX") e Porto do Açú Siderurgia S.A. ("PAS"). Os investimentos foram adquiridos no sentido de viabilizar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú.

Desempenho Financeiro

Essencialmente como empresa de participações, o resultado da Companhia reflete os resultados de sua coligada. Durante o ano de 2012, o resultado negativo da Companhia foi de R\$ 4.772, reflexo basicamente da equivalência patrimonial.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A Lei das S.A. e o Estatuto Social da COMPANHIA exigem que a empresa distribua anualmente a seus acionistas um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a uma porcentagem mínima do seu lucro líquido do exercício anterior. O Estatuto Social da CENTENNIAL AÇU estabelece a porcentagem mínima de 25% do lucro líquido registrado nas demonstrações financeiras. O dividendo obrigatório pode ser pago na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Outras Informações

Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a empresa ACAL CONSULTORIA E AUDITORIA S/S e suas partes relacionadas não prestaram quaisquer outros serviços que não o de auditoria para a CENTENNIAL AÇU, bem como para suas subsidiárias diretas e indiretas.

A Administração

Notas Explicativas

Centennial Asset Participações Açu S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

(em milhares de reais, exceto quantidade de ações e quotas)

1 Contexto operacional

Centennial Asset Participações Açu S.A. (“CENTENNIAL AÇU” ou a “COMPANHIA”) foi constituída em 10 de maio de 2007 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário. A COMPANHIA tem sua sede à Praça Mahatma Gandhi, nº 14 (parte), Centro, Rio de Janeiro.

A COMPANHIA tem como principal ativo participação de 29,54% na LLX AÇU OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A. (“LLX AÇU”), controlada pela LLX LOGÍSTICA S/A (“LLX LOGÍSTICA”), todas do grupo econômico EBX.

A coligada LLX ACU desenvolve o projeto denominado Superporto do Açu, com área de aproximadamente 9 mil hectares destinada a um complexo industrial, canal onshore de 300 metros de largura e 6,5 quilômetros de extensão, podendo contar com até 30 berços para carregamento de cargas variadas como produtos siderúrgicos, petróleo, carvão, granito, granéis sólidos, escória e ferros gusa. Em função da sua localização próxima às bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, o Superporto do Açu está estrategicamente posicionado para realizar consolidação e tratamento de petróleo, servir de base apoio para operações offshores de exploração e produção e atrair empreendimentos dedicados à indústria de óleo e gás. Além do serviço de apoio logístico, a LLX Açu opera como arrendadora de parte de sua retroárea a líderes industriais do setor que estão em processo de instalação de seus empreendimentos na área.

Licença Prévia para obras do terminal Sul TX2

Em 10 de fevereiro de 2012, a Comissão Estadual de Controle Ambiental (“CECA”), emitiu a Licença Prévia E-07/509.206/2010 à LLX Açu, para obras de implantação do TX2, localizado no Superporto Açu.

A coligada LLX aprova empréstimo-ponte com BNDES

Em 20 de março de 2012, a coligada LLX Açu celebrou como o BNDES empréstimo-ponte no valor de R\$518 milhões para financiar as obras civis relativas ao aterro sanitário, dragagem e construção de quebra-mar, bem como os demais investimentos iniciais relativos ao projeto de implantação do Superporto Açu.

Notas Explicativas

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com políticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Na forma da IN CVM 247/96 e do CPC 18, o investimento existente na LLX ACU está qualificado como de influência significativa, sem contudo, deter o controle, configurando-a como coligada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Por estas características, a COMPANHIA não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros, quando aplicáveis, mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas IFRS e as normas Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetadas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Nas presentes demonstrações financeiras, não foram utilizadas premissas e estimativas que possam resultar em ajustes no próximo exercício financeiro.

d) Moeda funcional

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, a moeda funcional da Companhia.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras, abaixo descritas em detalhe, têm sido aplicadas de maneira consistente, exceto, quando diferentemente demonstrado.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime contábil de competência. O resultado da COMPANHIA é composto basicamente pelas operações próprias e fundamentalmente pelo resultado da equivalência patrimonial da coligada LLX AÇU.

b. Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para aqueles que sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- *Instrumentos mantidos até o vencimento*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- *Instrumentos disponíveis para venda*

São os investimentos em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- *Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado*

Notas Explicativas

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma a decisão de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- ***Empréstimos e recebíveis***

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

- ***Instrumentos financeiros derivativos***

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, sendo os custos de transação atribuíveis reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

A COMPANHIA não adota a política de contabilização do hedge (“*hedge accounting*”), seja com base no fluxo de caixa ou no valor justo.

c. Moeda estrangeira

A Administração da COMPANHIA definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

d. Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Representados por depósitos bancários a vista.

Investimentos

Os investimentos em coligadas são avaliados por equivalência patrimonial.

e. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Notas Explicativas

f. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços patrimoniais.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

- *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para quitar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

- *Imposto de renda e contribuição social*

O resultado da COMPANHIA é composto basicamente pelo reconhecimento da equivalência patrimonial da coligada LLX AÇU e despesas administrativas. Considerando que a equivalência patrimonial não gera efeitos fiscais, a COMPANHIA se utiliza a opção oferecida pela legislação tributária brasileira para que o lucro tributável seja calculado à razão de 8% (e 12% para a contribuição social) das receitas operacionais acrescidas de 100% de outras receitas. A alíquota normal do imposto de renda é de 15% (e 9% para a contribuição social) mais 10% sobre o montante da base de cálculo que exceder R\$240 no ano. Neste regime, as diferenças temporárias não podem ser utilizadas para fins de imposto de renda e prejuízos fiscais, e não podem ser acumuladas para compensação em períodos posteriores.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bancários	8	85
Aplicações financeiras	260	235
	268	320

Saldos de depósitos bancários a vista.

As aplicações financeiras, referem-se substancialmente em títulos privados (Cédulas de Créditos Bancários – “CDB”) emitido por empresa e instituição financeira de primeira linha vinculado a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média sobre o CDIC + 100%.

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração já apropriada e fazer parte da gestão diária de caixa da Companhia, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

Notas Explicativas**5 Investimentos**

	LLX AÇÚ
Nº de ações detidas	96.034.049
Percentual de participação	29,54%
Patrimônio líquido	278.099
Patrimônio líquido ajustado (sem considerar o AFAC)	227.099
Ajuste Outras Reservas	280
Lucro(prejuízo) no exercício	(15.574)
Saldo do investimento em 31/12/2011	28.420
Aumento de investimento	42.796
Ajuste de equivalência	(4.595)
Efeito da variação percentual de Partic.	464
Saldo do investimento em 31/12/2012	67.085

LLX AÇU

A LLX AÇU possui participação nas controladas GSA - Grussai Siderugica do Açú S.A.(“GSA”), SDX Investimentos S.A(“SDX). e Porto do Açú Siderurgia S.A(“PAS”). Os investimentos foram adquiridos no sentido de viabilizar novas parcerias estratégicas e comerciais para o Superporto do Açú. O quadro abaixo demonstra os valores pagos nas aquisições e os ágios gerados na compra, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura do projeto Porto do Açú; que serão amortizados em até dez anos a partir da data de entrada em operação comercial e em conformidade com as projeções de rentabilidade futura.

Empresa	Valor Patrimonial	Valor pago na aquisição	Ágio na aquisição
GSA	63	63	-
SDX	1	0	1
PAS	1	0	1

Em 31 de outubro de 2011, a LLX Açú e OSX Construção Naval S.A. (“OSX”) assinaram o acordo para instalação da Unidade de Construção Naval (“UCN”) Açú, no complexo do Superporto do Açú. Nesse acordo as partes celebraram condições de atuação conjunta na

Notas Explicativas

construção do canal de acesso, que tanto atenderá a UCN como Terminal TX2 da LLX Açú. Esse acordo também ampara o arrendamento da retroárea à OSX.

Em 27 de junho de 2012, a Companhia visando regularizar adiantamentos para futuro aumento de capital anteriores nos quais apenas a controladora da LLX ACU promoveu, sem que a COMPANHIA tivesse participado com o seu percentual de 30%, aportou na coligada o montante de R\$ 36.798 para futuro aumento de capital.

Em 14 de novembro de 2011 a LLX Açú adquiriu a empresa G3X Engenharia Ltda., que por sua vez adquiriu a Pedreira Sapucaia Ltda.(Pedreira Sapucaia), visando obter em conjunto com a ARG Ltda. e a Pedreira Sapucaia Ltda. para principalmente suprir a necessidade de pedras que serão utilizadas na construção do Superporto Açú. A Pedreira Sapucaia ainda não se encontra em operação.

Em 3 de janeiro de 2012, a LLX Açú constituiu a empresa LLX Empresa Brasileira de Navegação S.A., com prazo de duração indeterminado. O capital social de R\$1, dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Essa Companhia tem como objetivo prover o transporte aquaviário, podendo operar nas navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo e apoio portuário.

Em 16 de agosto de 2012, a Companhia LLX Açú aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 122.660 mediante a emissão de 122.660 mil novas ações ordinárias da Companhia, passando seu capital de R\$ 177.453 para R\$ 300.113. Este montante foi aportado proporcionalmente por suas coligadas, sendo R\$ 85.862 pela LLX Logística S.A. e R\$ 36.798 Centennial Asset Participações Açú S.A mediante conversão de adiantamentos.

Em 27 de setembro de 2012, a LLX Açú aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 5.000 mediante a emissão de 5.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, passando seu capital de R\$ 300.113 para R\$ 305.113. Tal montante, aportado somente pela controladora LLX Logística S.A., ou seja, com a renúncia da Centennial Asset Participações Açú S.A, fez com que a participação detida de 30% fosse diluída para 29,51%. O efeito apurado na redução do percentual de participação, apurado em R\$762 foi reconhecido no patrimônio da COMPANHIA, na medida que o investimento remanesce qualificado como em coligada dado a sua influência significativa.

Em 19 de dezembro de 2012, a LLX Açú aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 20.000 mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias da Companhia, passando seu capital de R\$ 305.113 para R\$ 325.113. Tal montante, foi aportado proporcionalmente pela controladora LLX Logística S.A. e pela Centennial Asset Participações Açú S.A, fez com que a participação detida de 29,51% fosse diluída para 29,54%. O efeito apurado no aumento do percentual de participação, apurado em R\$300 foi reconhecido no patrimônio da COMPANHIA.

6 Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Nacionais	15	55

Notas Explicativas

15	55
----	----

7 Partes relacionadas

O saldo passivo existente com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011, é referente à operação de mútuo em condições usuais de mercado, representado da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Eike Fuhrken Batista	-	30
	-	30

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da coligada

Em 19 de setembro de 2008, a coligada da LLX Açú captou junto ao Banco Bradesco S.A. uma linha de empréstimo-ponte no montante de R\$190.000, com vencimento em 8 de setembro de 2010 e juros anuais de 129,3% do CDI. Estes recursos são parte do acordo que a LLX Açú firmou com o Banco Bradesco S.A. em novembro de 2007 com a finalidade de atender aos seus compromissos de curto prazo, até que as linhas de financiamento de longo prazo fossem disponibilizadas. Na data do vencimento, o contrato foi aditado, os juros devidos foram totalmente pagos e foram captados mais R\$155.180. Sobre esta nova linha de empréstimo, incidiram, anualmente, reajuste de 100% do CDI e juros de 2,95% a.a., que foram pagos em uma única parcela em 28 de agosto de 2012, ao final do período contratado.

Em 4 de maio de 2011, a coligada da LLX Açú assinou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco S.A., sendo liberado o montante de R\$467.686, com juros de CDI, acrescido de 3,23% a.a. Esse empréstimo tem vencimento do principal e juros em 23 de abril de 2013.

Para disponibilizar esses recursos, foram concedidas ao Banco Bradesco S.A. garantias dos acionistas da LLX Açú, LLX e Centennial Asset Participações Açú S.A., proporcionais a suas participações de 70% e 30%, respectivamente, nos montantes de R\$190.000 em setembro de 2008, R\$155.000 em setembro de 2010 e R\$467.685 em maio de 2011.

8 Provisão para contingências

A COMPANHIA não é parte em nenhuma demanda, de qualquer natureza, na qual enseje a constituição de provisão para contingências futuras.

9 Patrimônio líquido***Capital social***

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é:

31/12/2012	31/12/2011
------------	------------

Notas Explicativas

Acionistas	Ações Ordinárias	R\$	Ações Ordinárias	R\$
Centennial Asset Mining Fund LLC	141.018.571	97.535	55.022.327	54.537
Flavio Godinho	1	.34	1	.34
Kevin Michael Altit	1	.33	1	.33
Cláudio Lampert	1	.33	1	.33
	<u>141.018.574</u>	<u>97.536</u>	<u>55.022.330</u>	<u>54.538</u>

As ações ordinárias detidas pelos sócios pessoas físicas membros do conselho de administração foram atribuídas em caráter fiduciário.

10 Lucro líquido (prejuízo) por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) do período aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído.

	31/12/2012	31/12/2011
Básico		
Númerador básico:		
Lucro líquido(prejuízo) atribuível aos acionistas	(4.772)	(13.420)
Denominador básico:		
Média ponderada de ações	141.018.574	55.022.330
Receitas Financeiras		
Lucro líquido(prejuízo) por ação(em R\$) - Básico	<u>(0,03384)</u>	<u>(0,24390)</u>

A COMPANHIA não detém plano de opção de ações ou outros instrumentos conversíveis em ações que possam alterar o denominador básico, logo, não gerando efeitos para uma diluição.

11 Demonstração dos resultados abrangentes

Conforme conceituação do IAS 1 / CPC 26, o resultado abrangente é aquele que abrange as variações futuras de receitas e despesas que já estão registradas em elementos patrimoniais, mas que ainda não afetaram o resultado do exercício.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro(prejuízo) líquido do período	(4.772)	(13.420)
Outros resultados abrangentes:		
Ajustes:	0	0

Notas Explicativas

Lucro líquido(prejuízo) líquido abrangente do período	<u>(4.772)</u>	<u>(13.420)</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:		
Participação dos acionistas não-controladores	0	0
Participação dos acionistas controladores	(4.772)	(13.420)

Despesas gerais e administrativas

Como determinado pelo CPC 26 e IAS 1 a Companhia apresenta as despesas por natureza, como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços profissionais	52	34
Editais, anúncios e publicações	35	64
Licenças e taxas diversas	103	25
Outras despesas	10	2
	<u>200</u>	<u>125</u>

12 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas. Considerando ser o investimento na LLX ACU ser classificado como investimento em coligada e não em controlada, logo, fora do escopo das normas acima citadas, a Administração da COMPANHIA considera que existe somente o segmento de negócio, voltado para investimentos em participações societárias.

13 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração destes instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou outros ativos de risco

O quadro e as descrições dos saldos contábeis dos instrumentos financeiros, inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão identificados a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor justo	Valor contábil	Mensuração	Valor justo	Valor contábil	Mensuração
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	268	268	Valor Justo	320	320	Valor Justo
Passivos						
Fornecedores	15	15	Custo amortizado	55	55	Custo amortizado
Outras contas a pagar	2	2	Custo amortizado	1	1	Custo amortizado

O valor contábil dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado apresentado acima se aproximam dos valores de mercado.

Fator de risco

As operações da Companhia estão sujeitas ao fator de risco abaixo descrito:

- Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, através dos mecanismos públicos disponíveis, bem como outros instrumentos necessários a segurança no recebimento dos recursos financeiros.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

Valor justo hierárquico

O conceito de valor justo prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da empresa tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e dívidas de curto prazo. Aplicações financeiras estão sendo apresentadas pelo valor justo, devido a sua classificação na categoria de valor justo através de resultado. Desta forma, não havendo variações, os valores justos correspondem aos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

14 Cobertura de seguros

As Companhias coligadas e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros. As premissas de riscos adotadas, considerando sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

15 Eventos subsequentes

Os seguintes eventos são aplicáveis à coligada, divulgados através das Demonstrações Financeiras da controladora da LLX ACU, a LLX Logística S.A.:

LLX comunica resilição do contrato com a Subsea 7 do Brasil Serviços Ltda. (“Subsea 7”)

Em atendimento ao disposto no artigo 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alteradas, a LLX (Bovespa: LLXL3), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi resilido, sem perspectivas imediatas de renovação, o contrato com a Subsea 7 para arrendamento de área no TX2 do Superporto do Açú visando à instalação de uma unidade para fabricação e revestimento de dutos rígidos submarinos de grande extensão utilizados na indústria offshore de petróleo e gás. Tal contrato foi objeto de fato relevante divulgado ao mercado em 28 de maio de 2012.

Licença de Instalação para a Intermoor

Em 14 de fevereiro de 2013, o INEA concedeu licença de instalação para Intermoor, empresa integrante do Grupo Acteon, para a instalação de uma unidade que oferecerá apoio logístico e serviços especializados à indústria de óleo e gás.

A unidade de produção estará localizada na margem direita do canal e ocupará uma área total de 52.302 m². A Intermoor fornecerá um conjunto seleto de serviços para atender às necessidades específicas de seus clientes, tais como Petrobras, Shell e OGX, assim como demais líderes do setor de petróleo que operam no Brasil.

LLX Açú e ASCO assinam contrato para prestação de serviços para a indústria de Óleo e Gás

A LLX Açú assinou com a ASCO Brasil Participações Ltda., empresa da ASCO Group, um contrato visando prover base logística de apoio offshore às empresas de exploração e produção de petróleo e seus fornecedores. Com esta associação, o Superporto do Açú passará a ofertar soluções logísticas completas e integradas de padrão internacional, com tecnologias avançadas, atendendo aos mais exigentes requisitos de eficiência, segurança e proteção ambiental da indústria de Óleo & Gás.

Notas Explicativas

ASCO Group é uma empresa líder internacional na prestação de serviços para o setor de Óleo & Gás. A empresa opera globalmente a partir de bases na Austrália, Canadá, Mar Cáspio, Oriente Médio, Noruega, Singapura, Trinidad & Tobago, Reino Unido além dos EUA. A ASCO emprega mais de 2.000 pessoas e tem mais operações ao redor do mundo do que qualquer outra empresa especialista em seu segmento de serviços para a indústria de Óleo & Gás. No ano passado, as vendas da empresa foram superiores a USD1 bilhão. A ASCO está atualmente trabalhando com o governo dos Territórios do Norte em Darwin, Austrália, na construção de uma base de USD 110 milhões para apoio a E&P. A base será operada pela ASCO e entrará em operação em Outubro de 2013.

Grupo EBX e BP assinam contrato para a formação de uma Companhia para distribuição de combustíveis marítimos

A LLX Açú, empresa privada brasileira responsável pela construção do Superporto do Açú, o maior investimento em infraestrutura portuária na América Latina, que será o hub brasileiro para a indústria de Óleo & Gás e se posicionará entre os maiores portos do mundo divulgou ao mercado em 06 de março de 2013 a assinatura de um contrato entre a EBX Holding e a BP Products North America Inc. (“BP”), empresa do BP PLC Group, para a constituição da empresa MFX (Marine Fuels X), com o objetivo de importar, exportar, vender e distribuir combustíveis marítimos, sob a marca da BP Marine.

A BP Marine é um dos maiores fornecedores mundiais de combustíveis, lubrificantes e serviços técnicos para a indústria marítima. A BP Marine tem uma presença global oferecendo serviços para empresas que operam com grandes navios para contêineres, tanques e granéis. Comprometida com os mais altos padrões de qualidade internacional e melhores práticas ambientais e de segurança, a BP Marine fornece diversos tipos de combustíveis nos mais importantes centros de distribuição marítimos no mundo.

A MFX terá o seu controle compartilhado entre BP e EBX Holding, onde cada uma terá uma participação de 50%. Após a assinatura dos documentos finais, a nova empresa começará suas atividades em 2013, com a importação de combustíveis marítimos e venda para clientes no mercado local.

A BP e a EBX Holding elegeram o Superporto do Açú como a localização mais favorável para a construção de seu Terminal, que será localizado no TX2, que terá toda a infraestrutura necessária para a distribuição de combustíveis marítimos. Este centro de abastecimento deverá atender às demandas de navios dos mais variados portes e atividades, como PSVs (Platform Supply Vessels), navios de cabotagem e de longo curso, por combustível como diesel marítimo (MGO – Marine Gas Oil) e bunker (IFO – Intermediate Fuel Oil).

Com o desenvolvimento das atividades de abastecimento, a LLX Açú alugará uma área de aproximadamente 350 mil m², localizado na entrada do canal do TX2 e pretende alugar ainda mais 600 mil m² no TX1, localizados em áreas destinadas para a instalação de uma Unidade de Tratamento de Petróleo.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Flavio Godinho – Presidente do Conselho

Kevin Michael Altit - Conselheiro

Cláudio Lampert - Conselheiro

Composição da DiretoriaEike Fuhrken Batista
Diretor PresidenteOtávio de Garcia Lazcano
Diretor Econômico-Financeiro e de
Operações e Diretor de Relação com os
InvestidoresDenison Ribeiro de Carvalho
CRC-RJ nº 062.801/O-4
Gerente de Controladoria

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Centennial Asset Participações Açú S. A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Centennial Asset Participações Açú S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centennial Asset Participações Açú S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as com normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB .

ÊNFASES

A coligada LLX Açú Operações Portuária S.A. e suas controladas GSA – Grussaí Siderúrgica do Açú S.A., G3X Engenharia S.A., Porto do Açú Siderurgia S.A. e SDX Investimentos S.A., encontram-se em fase pré-operacional, e implementação dos planos de negócios para início das operações dependerá do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiro até que a Companhia e suas coligadas gerem caixa suficiente para a manutenção de suas atividades. A recuperação dos valores registrados no ativo não circulante depende do sucesso das operações da Companhia e de suas coligadas, e a falta dos recursos necessários para implementação dos planos de negócios levantaria quanto à continuidade nos negócios da Companhia e suas coligadas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Os planos da Administração com relação aos investimentos estão descritos na nota explicativas nº 5.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centennial Asset Participações Açú S.A. e da LLX Logística S.A., controladora de suas coligadas, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

OUTROS ASSUNTOS**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de Março de 2013.

ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC- RJ 4.080/O-9

Gelson José Amaro
CRC-RJ – 049.669/O-4 - Contador

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

A Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos da Instrução CVM 480/09, os diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013.

A Diretoria